

Contrato: 014/2025

CONTRATO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO GNOSIS E A EMPRESA INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LTDA.

O INSTITUTO GNOSIS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.635.117/0001-03, com sede na Avenida das Américas, nº 3443, bloco 02, salas 201 a 205, Américas Corporate – Barra da Tijuca - RJ, representado na forma de seu Estatuto Social pelo seu Diretor LGPD - Lei 13709 LGPD-Lei 13709 IGPD-Lei 13709 LGPD-Lei 13: LGPD-Lei 13709 portador da Carteira de Identidade sob o LGPD - Lei 13709 expedida p LGPD - Lei 13709, inscrito no CPF/MF: LGPD - Lei 13709 residente e domiciliado na cidade do LGPD – Lei 13709 , sito à LGPD – Lei 13709 LGPD – Lei 13709 LGPD - Lei 13709 LGPD - Lei 13709 LGPD - Lei 13709 qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LTDA, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 03706 – Curicica – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 37.440.327/0001-94, neste ato representada pelo seu sócio administrador, LGPD - Lei 13709 | LGPD - Lei 13709 LGPD - Lei 13709 LGPD - Lei 13709 portador da carteira de identidade nº LGPD - Lei 13709 expedida pelo LGPD-Lei 13709 e inscrito no CPF sob o nº LGPD-Lei 13709 doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente CONTRATO, atendimento ao Termo de Colaboração nº 012/2023 celebrado com o Município do Rio de Janeiro, conforme cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço de vigilância e segurança patrimonial com fornecimento de mão de obra, diurna e noturna, ininterrupto 24h (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana, de vigilantes desarmados, para vigilância e segurança patrimonial, de forma a garantir a segurança e integridade física de pacientes, funcionários e dos que eventualmente transitem por estes locais e instalações físicas para atender as necessidades da Residência e Unidade de Acolhimento - RUA Sorriso Aberto (UAA Banho de Felicidade, UAA Liberdade Plena e UAA Elos da Raça), administradas pelo Instituto Gnosis, através de Termo de Colaboração com a Prefeitura do Rio de Janeiro, de acordo com as condições e especificações constantes neste documento.



- 1.1.1. Para a execução dos serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar mão-deobra qualificada, devidamente treinada e equipamentos em quantidades necessárias a perfeita execução dos serviços;
- 1.1.2. Em até 05 dias após a assinatura do Contrato, a empresa deverá fornecer Planejamento técnico/tático de segurança, para aplicação no projeto, sem custo para a CONTRATANTE.
- 1.1.3. A empresa deverá manter um Supervisor 24h na RUA Sorriso Aberto, acompanhando a execução do serviço pela equipe.
- 1.1.4. A empresa contratada deverá contratar Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil específico ao Serviço de Vigilância, tendo em vista as especificidades do Empreendimento.
- 1.2. Fica estabelecido que as condições previstas no Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA são partes integrantes do presente CONTRATO, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

- 2.1. Os serviços ora CONTRATADOS deverão ser prestados até o dia 05 de julho de 2025, a contar da data de assinatura do presente instrumento.
- Parágrafo Único O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes, se mantidas condições vantajosas para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:
- 3.1.1 Efetuar o pagamento da CONTRATADA, conforme valor constante na Nota Fiscal atestada pelo representante do CONTRATANTE e nas datas estabelecidas, salvo em caso de atraso do repasse dos valores previstos no Termo de Colaboração, pela Prefeitura do Rio de Janeiro.
- 3.1.2 Fornecer à CONTRATADA as informações e demais elementos necessários para a execução do presente CONTRATO.
- 3.1.3 Exercer a fiscalização do CONTRATO, comunicando imediatamente qualde falha eventualmente verificada na sua execução.





- 3.1.4 Permitir que os funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, encarregados da prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, tenham completo e livre acesso aos locais da execução dos serviços.
- **3.1.5** Comunicar ao responsável da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades ocorridas em decorrência da prestação do serviço.
- 3.1.6 Eleger preposto para acompanhamento e execução das atividades.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 4.1. Para perfeita prestação dos serviços caberá à CONTRATADA:
- **4.1.1.** Conduzir a prestação dos serviços com estrita observância das especificações técnicas dispostas na Proposta, bem como disposições contratuais ora pactuadas.
- 4.1.2. Cumprir as normas sanitária; trabalhistas; ambientais e de segurança e medicina do trabalho aplicáveis e vigentes no âmbito das atividades do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que, em nenhuma hipótese, poderá alegar desconhecimento da legislação e exigência, ficando ainda responsável pelos seus atos e de seus prepostos, decorrentes da inobservância da legislação mencionada, durante a execução dos serviços.
- **4.1.3.** Manter, durante toda a duração deste **CONTRATO**, a qualificação técnica, bem como as condições jurídicas, financeiras e fiscais apresentadas no momento da contratação.
- **4.1.4.** Exibir e disponibilizar ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, toda documentação legal e fiscal inerente a sua atividade empresarial e aos serviços executados, tais como, mas não somente, licenças expedidas por Órgãos Governamentais, contratos e alterações sociais, alvarás, etc.
- **4.1.5.** Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.
- **4.1.6.** Observar, no curso da execução do objeto do **CONTRATO**, o fiel cumprimento das normas inerentes às atividades executadas, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por eventuais infrações.
- 4.1.7. Manter o CONTRATANTE livre de todas e quaisquer reclamações trabalhistas, previdenciárias e ou reivindicações de ordem social decorrente do preserve CONTRATO, obrigando-se, ainda, a excepcionar o CONTRATANTE, em juízo ou dele, com relação a qualquer pretendido vínculo com esta última.

fr



- **4.1.8.** Ressarcir o **CONTRATANTE** de todos os valores eventualmente desembolsados pelo mesmo, em decorrência do ajuizamento de ação trabalhista que qualquer colaborador da **CONTRATADA** venha a propor em seu desfavor.
- **4.1.9.** Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individuais e Coletivos adequados e necessários para a execução dos serviços **CONTRATADOS**, bem como garantir que os profissionais envolvidos na execução dos serviços utilizem os mesmos.
- Parágrafo Primeiro A não entrega dos documentos citados no inciso 4.1.4 acima poderá importar em retenção dos valores a serem recebidos pela CONTRATADA até o atendimento da solicitação de entrega.
- Parágrafo Segundo Havendo o ajuizamento de Reclamação Trabalhista de qualquer colaborador da CONTRATADA em face do CONTRATANTE, esta obriga-se a requerer, em sua preliminar de defesa, a exclusão da CONTRATANTE do polo passivo da demanda, assumindo inteira responsabilidade por suas obrigações sociais, decorrentes do contrato de trabalho "sub judice".

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações ESPECÍFICAS da CONTRATADA:

Exercer controle de acesso em todas as áreas internas e externas das Unidades, com rotinas de rondas em todas as dependências, conforme a necessidade da unidade, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos usuários e funcionários, 24h por dia.

Todos os profissionais contratados para a execução do serviço deverão possuir <u>Curso de</u> <u>formação e/ou reciclagem de vigilantes com prazo de validade vigente, em atendimento à Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/12;</u>

RUA SORRISO	ABERTO
Quantidade de profissionais	Função
4	Supervisor – plantão 12X36
Elos da R	aça
Quantidade de profissionais	Função
8	Vigilante dia – plantão 12X36
8	Vigilante noite – plantão 12x36
Banho de Fel	icidade
Quantidade de profissionais	Função
8	Vigilante dia – plantão 12X36



8	Vigilante noite – plantão 12x36	
Liberdade Plena		
Quantidade de profissionais	Função	
8	Vigilante dia – plantão 12X36	
8	Vigilante noite – plantão 12x36	

- 5.1 Controlar a entrada da unidade, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Gerência Administrativa;
- 5.2 Coibir o ingresso de indivíduos de comportamento inadequado ou que estejam conduzindo objetos que causem ameaça à integridade física de seus frequentadores;
- 5.3 Controlar as instalações das Unidades evitando a dilapidação do patrimônio, bem como fiscalizar a entrada e saída de pessoal e de material;
- 5.4 Fazer percursos periódicos de inspeção em toda a área das unidades, examinando a integridade de fechaduras, portas e instalações em geral;
- 5.5 Comunicar a Administração da unidade, por meio de registro, qualquer ocorrência de irregularidade constatada em circuitos elétricos, vazamentos e outros que possam causar danos ao patrimônio;
- 5.6 Prestar informações ao público, quando necessário;
- 5.7 Levar ao conhecimento da Contratante, por meio de registro, todas as irregularidades verificadas;
- 5.8 Os profissionais escalados nos controles de estacionamento deverão portar prancheta com formulário próprio, onde deverão ser registrados todos os dados relativos à placa, marca, cor e modelo dos veículos, bem os horários de entrada e de saída, devendo os dados ser arquivados;
- 5.9 O Supervisor deve ser o elo de ligação com a administração da unidade, o qual preencherá o livro diário de registro de ocorrência, bem como toda e qualquer alteração que dele deva constar, incluindo as ocorrências havidas ou sugestões a serem apresentadas. O livro será encaminhado no início de cada dia útil à Administração da Unidade;
- 5.10 Os profissionais deverão portar rádios de comunicação. O supervisor deverá ser o responsável por controlar a distribuição destes equipamentos, bem como das lanternas com pilhas, a serem distribuídas na falta de energia elétrica. O supervisor também deverá ser o responsável pela verificação periódica do bom funcionamento de tais materiais;
- 5.11 Colaborar com órgãos de Polícia nas ocorrências de ordem policial dentro do instalações das Unidades, facilitando a atuação daqueles, inclusive na indicação testemunhas presenciais de eventuais acontecimentos;



- 5.12 Os profissionais deverão submeter-se às instruções da gerência da Unidade, no que concerne ao trato com funcionários e visitantes;
- *A empresa deverá apresentar junto a Nota Fiscal, relatório de atividades, folhas de ponto e comprovação de pagamento de todos os profissionais, que <u>deverão ser exclusivos do projeto</u>.
- 5.13 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados.
- 5.14 Disponibilizar materiais e/ou equipamentos necessários a execução dos serviços, uniformes, EPIs e insumos/materiais necessários à plena execução do CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor mensal de R\$ 334.864,00 (trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), levando em consideração os valores unitários abaixo especificados:

Profissional	QTD	Escala	Turno	Valor unitário	Valor mensal
SUPERVISOR DE SEGURANCA	02	12X36	Diurno - De segunda-feira a domingo das 07h às 19h	R\$ 6.798,00	R\$ 13.596,00
PATRIMONIAL	02	12X36	Noturno - De segunda-feira a domingo das 19h às 07h	R\$ 7.436,00	R\$ 14.872,00
VIGILANTE	24	12X36	Diurno - De segunda-feira a domingo das 07h às 19h	R\$ 6.070,50	R\$ 145.692,00
PATRIMONIAL DESARMADO	24	12X36	Noturno - De segunda-feira a domingo das 19h às 07h	R\$ 6.696,00	R\$ 160.704,00

- Parágrafo Único: No valor do CONTRATO estão incluídos todos os custos operacionais da atividade e os tributos incidentes sobre emissão da Nota Fiscal correspondente, bem como todas as despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.
- 6.2. No momento da realização do pagamento pelo CONTRATANTE à CONTRATADA deverá ser apresentada nota fiscal, o relatório de produtividade devidamente atestada pelo setor competente, além da documentação a seguir descrita:
- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal: Apresentação da Certidão (Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federais extra certidão apresenta também informações sobre inscrição na Dívida Ativada União na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e se existem débitos previdenciários;

rr



- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- d) Prova de Regularidade com FGTS;
- e) Prova de Regularidade com a Justiça do Trabalho.
- f) Comprovante de recolhimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, especialmente da mão-de-obra que tiver sido disponibilizada nos locais do contrato).
- g) Escala de serviço, folha de ponto e comprovante de pagamento dos rendimentos devidos as profissionais alocados neste **CONTRATO**.
- 6.3. O pagamento do valor estabelecido na cláusula 6.1 somente será realizado após o repasse, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, dos valores decorrentes do Termo de Colaboração da Rede de Atenção Psicossocial da Srecretária Municipal de Saúde (RAPS) ficando, desde já, pactuado que o CONTRATADO se abstém fazer qualquer protesto em caso de não pagamento motivado pela falta do respectivo repasse, ficando estabelecido, ainda, que nesta situação, não haverá a cobrança de qualquer multa, juros ou mesmo cláusula moratória.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FONTE DE RECURSOS

7.1. Os recursos para a execução do objeto a CONTRATADA decorrerão do Termo de Colaboração 012/2023 da Rede de Atenção Psicossocial da Srecretária Municipal de Saúde (RAPS), firmado entre o CONTRATANTE e a Prefeitura do Rio de Janeiro, de modo que a CONTRATADA declara ter ciência de que eventual atraso no repasse poderá gerar atraso no pagamento do valor devido a CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- **8.1**. Este instrumento poderá ser alterado mediante con<mark>cord</mark>ância das partes, através de celebração de Termo Aditivo.
- **8.2.** O presente **CONTRATO** não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

9.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral das PARTES, per o inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba a defra PARTE direito a indenizações de qualquer espécie.

n



- 9.2. O presente contrato poderá ser rescindido pelas PARTES a qualquer tempo, por qualquer motivo, mediante prévia notificação com 30 (trinta) dias de antecedência, hipótese em que não haverá a cominação de nenhuma multa ou indenização, a nenhum título e sob nenhuma rubrica, com o que concordam expressamente as partes.
- 9.3. Na hipótese de rescisão do CONTRATO, na forma da Cláusula 9.1, além das demais sanções cabíveis, ficará a CONTRATADA impedida de participar de procedimentos de contratação e celebrar novos contratos com o CONTRANTE.
- 9.4. O presente CONTRATO será automaticamente rescindido em caso de rescisão antecipada do Termo de Colaboração nº 012/2023, da Rede de Atenção Psicossocial da Srecretária Municipal de Saúde (RAPS), firmado entre o CONTRATANTE e o Município do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES CONTRATUAIS E DEMAIS PENALIDADES

- 10.1. A inexecução, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil, as seguintes penalidades:
- 10.1.1. Advertência e/ou suspensão no pagamento;
- 10.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do CONTRATO, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- 10.1.3. Impossibilidade de participar de novos processos de contratação que sejam realizados pelo CONTRATANTE.
- 10.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.
- 10.3. A sanção prevista no subitem 10.1.2 desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.
- 10.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO.
- 10.5. A multa contratual prevista no item 10.1.2 não tem caráter compensatório, não eximindo com o seu pagamento a CONTRATADA das perdas e danos das infrações cometidas.
- 10.6. O valor da multa que vier a ser aplicado será descontado imediatamente da garantia contratual fornecida pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO COMPLIANCE E ANTI CORRUPÇÃO

ha



- 11.1. As PARTES declaram que manterão até o final da vigência deste CONTRATO conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.
- 11.2. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste CONTRATO:
 - 11.2.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.
 - 11.2.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
 - 11.2.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil.
 - 11.2.4. Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratados se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE.
 - 11.2.5. Zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá à CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes.
- 11.3. A CONTRATADA declara que não esteve envolvido com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.
- 11.5. A CONTRATADA concorda em notificar prontamente ao CONTRATANTE, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros vinculados a este CONTRATO.
- 11.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusus é causa para a rescisão unilateral motivada deste CONTRATO, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados ao CONTRATANTE e das demais penalidades previstas no presente instrumento.





CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS AÇÕES JUDICIAIS

- 12.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou que a execução do CONTRATO tenha acarretado, que não comportam cobrança amigável, serão cobrados em juízo.
- 12.2. Caso o CONTRATANTE tenha de comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o CONTRATADO ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 13.1 A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:
- 13.1.1 Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- 13.1.2 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- 13.1.3 Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 13.1.4 Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, socios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos deos processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios





diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

- 13.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.
- 13.2.1 Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 13.3 A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:
- 13.3.1 Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- **13.3.2** Qualquer outra violação de segurança no **âmbit**o das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.
- 13.4 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS

14.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto no instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes, respeitados o objeto deste CONTRATO, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e o Regulamento de Compras e de Contratação de Obraso e Serviços e suas modificações posteriores, aplicando-lhe quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As notificações e/ou comunicações a serem efetuadas em decorrência deste CONTRATO serão consideradas como válidas e eficazes quando feitas por escrito, entregue em mãos ou enviadas por carta registrada, telegrama ou e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente **CONTRATO**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

LGPD – Lei 1370 LGPD – Lei 13709

INSTITUTO GNOSIS

LGPD – Lei 13709

LGPD – Lei 13709

TESTEMUNHA

CPF:

ID:

LGPD – Lei 13709



Contrato: 014/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO GNOSIS E A EMPRESA INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LIDA.

O INSTITUTO GNOSIS, entidade civil de fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.635.117/0001-03, com sede na Avenida das Américas, nº 3443, Bloco 2, salas 201 a 205, Américas Corporate – Barra da Tijuca - RJ, representada na forma de seu estatuto, na qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LTDA, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 03706 – Curicica – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 37.440.327/0001-94, dorayante denominada CONTRATADA.

Considerando a prorrogação do Termo de Colaboração 012/2023, celebrado entre a CONTRATANTE e a Prefeitura do Rio de Janeiro, e a consequente necessidade de manutenção do serviço objeto do contrato em epígrafe;

RESOLVEM firmar o presente 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO celebrado entre as partes, a fim de atender as necessidades das unidades que compõem a Rede de Atenção Psicossocial da Secretária Municipal de Saúde - RAPS, administradas pelo CONTRATANTE por meio de termo de colaboração pactuado com o Município do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **TERMO ADITIVO** a prorrogação do contrato de Vigilância e Segurança Patrimonial, a fim de atender as necessidades das unidades que compõem a Rede de Atenção Psicossocial da Secretária Municipal de Saúde - RAPS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no referido contrato. Desse modo, será modificada a cláusula segunda, referente ao **PRAZO**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO.

O presente **TERMO CONTRATUAL** celebrado, terá início contado a partir da assinatura do contrato e com seu



término em **05 de Julho de 2027**, podendo ser prorrogado, por analogia, dentro dos limites previstos na lei 14.133/2021, ou rescindido antes disso, em caso de término do termo de colaboração entre o CONTRATANTE e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do **CONTRATO**, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente **TERMO ADITIVO**.

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas no **CONTRATO** e neste **TERMO ADITIVO**, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Instituto Gnosis.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2025.

LGPD - Lei 13709

LGPD – Lei 13709

TESTEMUNHA

CPF:

ID:

LGPD – Lei 13709



Contrato: 014/2025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO GNOSIS E A EMPRESA INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LTDA.

O INSTITUTO GNOSIS, entidade civil de fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.635.117/0001-03, com sede na Avenida das Américas, nº 3443, Bloco 2, salas 201 a 205, Américas Corporate – Barra da Tijuca - RJ, representada na forma de seu estatuto, na qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INFORMEFORT SEGURANCA PRIVADA LTDA, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 03706 – Curicica – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 37.440.327/0001-94, doravante denominada CONTRATADA,

<u>Considerando</u> a necessidade de inclusão da unidade **CAPSad Jovelina Pérola Negra** na lista de unidades que compõe a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.

Considerando a necessidade de inclusão de 4 vigilantes diurnos e 4 vigilantes noturnos.

RESOLVEM firmar o presente **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO** celebrado entre as partes, a fim de atender as necessidades do Termo de Colaboração nº 012/2023 celebrado com o Município do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Aditamento nº 2, alteração na tabela de unidade da CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA e do valor da CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO, em decorrência da inclusão da unidade CAPSad Jovelina Pérola Negra.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações ESPECÍFICAS da CONTRATADA:

m Gegura



Exercer controle de acesso em todas as áreas internas e externas das Unidades, com rotinas de rondas em todas as dependências, conforme a necessidade da unidade, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos usuários e funcionários, 24h por dia.

Todos os profissionais contratados para a execução do serviço deverão possuir <u>Curso de</u> <u>formação e/ou reciclagem de vigilantes com prazo de validade vigente, em atendimento à Portaria N° 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/12;</u>

Unidades:

	Unidades			
	UAA Banho de Felicidade	Núcleo Teixeira Brandão,		
Rua Sorriso	UAA Liberdade Plena	colônia - Taquara - Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ, 22713-375		
Aberto	UAA Elos da Raça	Estrada Rodrigues Caldas. 3400		
	CAPSad Jovelina Pérola Negra	- Taquara - Rio de Janeiro - RJ		

Profissionais:

Unidades do RUA Sorriso Aberto					
Profissionais (plantão: 12x36)	UAA Banho de Felicidade	UAA Liberdade Plena	UAA Elos da Raça	CAPSad Jovelina Pérola Negra	
Vigilante - diurno	8	8	8	4	
Vigilante - noturno	8 8		8	4	
Supervisor - diurno		0		2	
Supervisor - noturno		0		2	

- 5.1 Controlar a entrada da unidade, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Gerência Administrativa;
- 5.2 Coibir o ingresso de indivíduos de comportamento inadequado ou que estejam conduzindo objetos que causem ameaça à integridade física de seus frequentadores;
- 5.3 Controlar as instalações das Unidades evitando a dilapidação do patrimônio, bem como fiscalizar a entrada e saída de pessoal e de material;
- 5.4 Fazer percursos periódicos de inspeção em toda a área das unidades, examinando a integridade de fechaduras, portas e instalações em geral;
- 5.5 Comunicar a Administração da unidade, por meio de registro, qualquer ocorrência de irregularidade constatada em circuitos elétricos, vazamentos e outros que cossam causar danos ao patrimônio;
- 5.6 Prestar informações ao público, quando necessário;



- 5.7 Levar ao conhecimento da Contratante, por meio de registro, todas as irregularidades verificadas;
- 5.8 Os profissionais escalados nos controles de estacionamento deverão portar prancheta com formulário próprio, onde deverão ser registrados todos os dados relativos à placa, marca, cor e modelo dos veículos, bem os horários de entrada e de saída, devendo os dados ser arquivados;
- 5.9 O Supervisor deve ser o elo de ligação com a administração da unidade, o qual preencherá o livro diário de registro de ocorrência, bem como toda e qualquer alteração que dele deva constar, incluindo as ocorrências havidas ou sugestões a serem apresentadas. O livro será encaminhado no início de cada dia útil à Administração da Unidade;
- 5.10 Os profissionais deverão portar rádios de comunicação. O supervisor deverá ser o responsável por controlar a distribuição destes equipamentos, bem como das lanternas com pilhas, a serem distribuídas na falta de energia elétrica. O supervisor também deverá ser o responsável pela verificação periódica do bom funcionamento de tais materiais:
- 5.11 Colaborar com órgãos de Polícia nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações das Unidades, facilitando a atuação daqueles, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventuais acontecimentos;
- 5.12 Os profissionais deverão submeter-se às instruções da gerência da Unidade, no que concerne ao trato com funcionários e visitantes;
- *A empresa deverá apresentar junto a Nota Fiscal, relatório de atividades, folhas de ponto e comprovação de pagamento de todos os profissionais, que <u>deverão ser exclusivos do projeto</u>.
- 5.13 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados.
- 5.14 Disponibilizar materiais e/ou equipamentos necessários a execução dos serviços, uniformes, EPIs e insumos/materiais necessários à plena execução do CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor mensal de R\$ 385.930,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais), levando em consideração os valores unitários abaixo especificados:



Profissional	QTD	Escala	Turno	Va	lor unitário	Valor total
Supervisor de segurança patrimonial	2	12X36	Diurno - De segunda- feira a domingo das 07h às 19h	R\$	6.798,00	R\$ 13.596,00
	2	12X36	Noturno - De segunda- feira a domingo das 19h às 07h	R\$	7.436,00	R\$ 14.872,00
Vigilante Patrimonial Desarmado	28	12X36	Diurno - De segunda- feira a domingo das 07h às 19h	R\$	6.070,50	R\$ 169.974,00
	28	12X36	Noturno - De segunda- feira a domingo das 19h às 07h	R\$	6.696,00	R\$ 187.488,00
Valor total mensal					R\$ 385.930,00	

Parágrafo Único: No valor do CONTRATO estão incluídos todos os custos operacionais da atividade e os tributos incidentes sobre emissão da Nota Fiscal correspondente, bem como todas as despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

- **6.2.** No momento da realização do pagamento pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá ser apresentada nota fiscal, o relatório de **prod**utividade devidamente atestada pelo setor competente, além da documentação a seguir descrita:
 - a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal. Esta certidão apresenta também informações sobre inscrição na Dívida Ativada União, na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e se existem débitos previdenciários;
 - b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
 - c) Prova de Regularidade com a Fazenda M<mark>unicip</mark>al;
 - d) Prova de Regularidade com FGTS;
 - e) Prova de Regularidade com a Justiça do Trab<mark>alho.</mark>
 - f) Comprovante de recolhimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, especialmente da mão-de-obra que tiver sido disponibilizada nos locais do contrato).
 - g) Escala de serviço, folha de ponto e comprovante de pagamento dos rendimentos devidos as profissionais alocados neste **CONTRATO**.



6.3. O pagamento do valor estabelecido na cláusula 6.1 somente será realizado após o repasse, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, dos valores decorrentes do Termo de Colaboração da Rede de Atenção Psicossocial da Srecretária Municipal de Saúde (RAPS) ficando, desde já, pactuado que o CONTRATADO se abstém fazer qualquer protesto em caso de não pagamento motivado pela falta do respectivo repasse, ficando estabelecido, ainda, que nesta situação, não haverá a cobrança de qualquer multa, juros ou mesmo cláusula moratória.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem íntegras e inalteradas todas as demais Cláusulas, itens e condições estipuladas no CONTRATO original, no que não conflitarem com o presente aditamento nº 02.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente aditamento nº 2, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2025.

LGPD - Lei 13709

TESTEM

LGPD - Lei 13709

CPF:

ID: